

A democracia representativa tem um elemento aristocrático

O francês Luc Foisneau busca compreender as origens do desgaste do Estado, cada vez mais enfraquecido por teorias como as da governança

EDUARDO WOLF

Porto Alegre passou a ser uma cidade internacionalmente conhecida, antes mesmo do Fórum Social Mundial, por causa da adoção de políticas como o Orçamento Participativo. Cria da administração petista na prefeitura, os novos mandatários, desde 2005, resolveram mudar a marca (e a substância da coisa, dirão os pais da criança): do Orçamento Participativo passou-se à Governança Solidária Local. Pouco importa o nome: o que interessa é que o fenômeno local despertou interesse internacional e o fez precisamente porque tocava em um ponto crucial da vida política: o Estado ainda é necessário em suas velhas formas para governar? Não há outras formas?

Quem não desistiu de ler no primeiro parágrafo muito provavelmente chega ao segundo convencido do caráter progressista do questionamento feito acima, mas não é necessário ler as coisas desse modo. As teorias neoliberais apontavam para a mesma direção, apostando na diminuição do Estado e de suas formas tradicionais de gerir as populações, a economia e tudo o mais. Pela esquerda ou pela direita, parece que as velhas formas representativas estatais vinham perdendo força mesmo. Mas onde entra a filosofia nisso tudo? Uma das províncias da filosofia é precisamente a filosofia política, e o seu papel é refletir sobre esse universo conceitual — mas sempre de olho na prática, é claro. Portanto, não é de se estranhar que um livro como o do francês Luc Foisneau, *Governo e soberania — o pensamento político moderno de Maquiavel a Rousseau* (Editora Linus), venha a interessar tanto. Professor na célebre École des Hautes Études en Sciences Sociales e diretor de pesquisa no Centre National de la Recherche Scientifique, especialista em Hobbes, Foisneau busca compreender as origens do desgaste do Estado, cada vez mais enfraquecido por teorias como as da governança.

Seu livro reúne qualidades variadas: além do grande esforço de pesquisa histórica, garantindo que cobrisse um período que vai de Bodin (1530-1596) e Maquiavel (1469-1527), passando por Richilieu (1585-1642) e Hobbes (1588-1679), até Rousseau (1712-1778), por fim, o autor sabe ser cuidadoso com a análise conceitual. Mas talvez se possa dizer sem muito medo de errar que o maior mérito do livro esteja na maneira como articula as diversas análises desses autores. Foisneau está interessado em rastrear a origem conceitual dessa tensão da política moderna entre o poder soberano do Estado e a autonomia trazida pela concepção de governança. Assim, o pesquisador procura mostrar como ideias tão próximas de experiências mais diretas como essa têm, na verdade, origens históricas e filosóficas bem mais complexas: a noção de governança seria herdeira de uma das primeiras formas de pensar as questões relativas à administração do governo, preocupada com as questões de eficácia, por oposição às teorias dos filósofos modernos, que insistiram no papel de uma soberania que garantisse a ordem jurídica e política.

É assim que a filosofia política pode contribuir para uma reflexão viva: revelando caminhos do pensamento que, se ficássemos no raso das conversas cruzadas da província, jamais conheceríamos. É essa contribuição que o leitor encontrará tanto no livro de Foisneau como na entrevista que o autor concedeu à NORTE quando esteve em Porto Alegre, em outubro. Os principais momentos são apresentados a seguir.

Há um conceito de crescente importância na política contemporânea que seu livro analisa, rastreando seus antecedentes históricos e filosóficos. Trata-se do conceito de governança. Qual o peso contemporâneo dessa noção?





Há uma transformação no mundo contemporâneo que é conduzida fora daquilo que era o campo da filosofia em seu sentido clássico. O que caracteriza a sequência histórica que eu estudei, a partir do fim do século 16 até o fim do século 18, é justamente o fato de que a noção de governo, a partir da qual surgirá a noção de governança, não tem sentido senão por relação à noção de soberania. Quer dizer, o que caracteriza essa sequência é que o governo é sempre pensado como o governo de um Estado e, em particular, os filósofos desse período da Modernidade que se interessaram pelas questões políticas vão tentar manter a teoria do governo subordinada à teoria da soberania. Ora, justamente o que caracteriza a situação contemporânea é a possibilidade de pensar a teoria do governo — o governo de pessoas, de organizações etc. — independentemente do Estado. Essa concepção, é claro, pode ser relacionada às teorias do neoliberalismo. O que importa, entretanto, é que o próprio termo governança é introduzido para marcar essa ruptura: é uma maneira de governar as pessoas e de pensar o governo fora do quadro da soberania. É nesse sentido que falamos em governança em nível internacional e através de grandes organi-

zações, pois nesse caso trata-se de encontrar modos de governo que contornam as instituições jurídicas e políticas tradicionais. Mas mesmo em nível local, quer dizer, no interior desses Estados, quando pensamos na administração da economia, das empresas, falamos também, hoje, em governança, quer dizer, em modos de governar e de gerir que estão fora do esquema jurídico e político tradicional.

Há diferença entre a noção de governança tal como exposto em seu livro e, por exemplo, os casos das favelas brasileiras, dominadas pelo narcotráfico, ou mesmo os *banlieues*? Esses casos em que parece que se está diante não de uma forma alternativa ao Estado ou independente das instituições jurídico-políticas, mas sim de um tipo de poder paralelo?

A noção de governança se desenvolve e é ligada a estruturas econômicas, de uma economia integrada, nos moldes capitalistas mesmo. Consequentemente, o modo de organização paralelo e ajurídico, que encontramos, por exemplo, nos *banlieues*, não se enquadra na teoria de governança. É todo um outro modo de organização, que pode ser pensado até mesmo como um modo de resistência às formas políticas tradicionais, mas certamente está fora dos quadros do que se entende por governança.

Pelo que seu livro mostra, ela descende mesmo da noção de eficácia administrativa, ainda quando do surgimento do Estado moderno...

Exatamente. Ela está ligada, contemporaneamente, a um novo espírito do capitalismo, de fazer com que as pessoas trabalhem, de coordenar esse processo, mas não pela forma tradicional da autoridade estatal.

E esses casos limites de estruturas completamente paralelas, como pode ser o caso dos *banlieues* e das favelas, o senhor considera que é a “morte do Estado”, como pensaria Hobbes, por exemplo?

É a morte do Estado no sentido da ausência do Estado nessas regiões. O Estado não está morto porque ele continua regulando outros aspectos. É sobretudo por razões econômicas, entre outras, claro, que o Estado está ausente nessas regiões. Mas devemos ter cautela com essa imagem um pouco caricatural que fazemos dessas regiões. Os *banlieues*, por exemplo — e tenho certeza de que as favelas também — são lugares muito vivos, onde ainda existem formas de solidariedade muito grande, por exemplo, que não encontramos mais no resto da vida social. E é o mesmo *banlieu* que nos assusta... Mas prosseguindo com a



sua análise, de fato, seriam lugares nos quais as formas tradicionais de governo — a polícia, as estruturas jurídicas etc. — não se aplicam, ou simplesmente não funcionam, como funcionam para o resto da sociedade.

Em seu livro o senhor diz: “São os juristas, sobretudo os juristas franceses, que, a exemplo de Bodin, esforçar-se-ão para deduzir os princípios de uma arte de governar a partir do princípio de soberania”. Essa primazia da política — nela incluída o direito — não parece ter perdido o terreno para a economia, nos últimos dois séculos? Não é a economia que funciona como princípio primeiro, fazendo real a profecia de Marx de que a economia passaria a comandar a política e, portanto, colocando em xeque as leituras próprias da filosofia moderna, como a de Hobbes?

Eu acredito que a teoria da soberania — que, em seus termos, significa a primazia da política — continua válida mesmo em nossos dias. Mas o conceito mesmo de soberania mudou de sentido ao longo do tempo. Ao final do meu livro, por exemplo, eu evoco a teoria da soberania de Carl Schmitt. Um dos objetivos críticos desse livro foi justamente retornar ao seu sentido original. O que é a teoria da soberania em Bodin? É uma doutrina política que considera que a função essencial do político é produzir o direito. Quer dizer, a função do soberano, seja ele um rei ou uma assembleia, é produzir leis e um estado de direito, de modo a garantir a paz civil e superar, no caso do contexto de Bodin, a guerra civil. Se partirmos dessa definição de soberania, compreendemos a importância que ela tem para o projeto moderno: a função da política não é suscitar divisões sociais que levariam a um conflito civil, mas produzir regras que permitam superar essa divisão social e que garantam a paz civil. Quanto à questão da primazia da política sobre a economia, que é uma questão muito geral, eu diria que a dimensão política mantém uma relativa autonomia em relação à econômica. Nesse sentido, me afastou, é claro, da tese marxista de que o Estado e a política são determinados pelas estruturas econômicas. A tradição filosófica moderna que eu estudei, que começa com Bodin e com Maquiavel, aceita, com efeito, que há um primado da política.

O senhor afirma que Hobbes é frequentemente reduzido a uma caricatura e que chega a haver uma espécie de vulgata hobbesiana. O mesmo parece ocorrer com Maquiavel, e em escala bem maior. Ao que se deve a vulgarização do pensamento dessas figuras tão complexas?

Isso ocorre porque o debate sobre esses filósofos dá-se sobre-

tudo a partir da acumulação de comentários sobre suas obras. Pode-se dizer que a caricatura é uma reação à quantidade enorme de comentários, quer dizer, é uma tentativa de simplificação. Mas essa tendência à simplificação não se resume aos casos de Maquiavel e de Hobbes, qualquer autor complexo pode sofrer disso.

Quando o leitor de seu livro passa pelos dois capítulos dedicados a Hobbes, fica uma sensação de vantagem política para o pensador inglês em relação a Maquiavel, pois é possível encontrar em Hobbes uma dimensão moral para a política que não se encontra em Maquiavel.

Sim, mas a teoria moral em Hobbes está completamente subordinada à sua concepção de soberania. Há, de fato, uma esfera moral para essas leis da natureza, como ele diz no capítulo 25 do *Leviatã*, mas é importante lembrar que, para ele, essas leis não se tornam leis efetivamente se não no interior de uma ordem política coercitiva que possa aplicá-las. Quer dizer, em última instância, a moralidade em Hobbes se caracteriza inteiramente pela finalidade da paz civil — eliminar o conflito na esfera de relações entre os indivíduos.

Uma última questão — cobrindo os três grandes autores analisados em seu livro. O senhor acredita que depois dos acontecimentos do maio de 1968, na França, a noção de soberania como figurada por Hobbes pode ter sido derrotada pela ideia de Rousseau, que depositava na noção de vontade geral esse papel de soberania?

Certamente não pode ser entendida como uma vitória duradoura, porque nós vivemos em uma sociedade democrática representativa. Quer dizer, se pensarmos na nossa realidade política, ela está mais para Hobbes do que para Rousseau. Não vivemos mais aqueles dias de 1968 em que as eleições e os processos representativos todos foram desacreditados. A situação atual me parece diferente: nós aceitamos os princípios da representação, mas nos esforçamos por aprofundar a democracia deliberativa e participativa. Nesse sentido, acho que a democracia deliberativa não se opõe à representativa, pelo contrário, acho que ela vem é completar a democracia representativa. Mas é fato que, de um certo ponto de vista, há, na democracia representativa, um elemento que não é propriamente democrático: a ideia de representação é uma ideia aristocrática. Mesmo quando elegemos nossos representantes, são algumas pessoas que vão falar em nome da totalidade da população. Nesse sentido, parece que Rousseau tinha razão: a democracia representativa tem em si um elemento aristocrático. §

